

# Elementos “exteriores” na ruptura do modelo liberal, nos anos 30

José Guilherme Silva Vieira\*

Doutorando em Desenvolvimento  
Econômico (UFPR).

## Resumo

*O presente “paper” pretende analisar como as mudanças de paradigmas ocorrem ao longo do tempo. Acredita-se que a visão lakatosiana acerca da evolução da ciência está correta, porém incompleta (especialmente no que se refere à ciência social). Argumenta-se que outros elementos “exteriores” devam ser adicionados a essa perspectiva, como, por exemplo, a ideologia. O ponto de partida deste trabalho será a mudança de paradigma no Brasil, nos anos 30.*

## Palavras-chave

**Ideologia; Lakatos; paradigmas.**

## *Abstract*

*The present paper intends to analyze how paradigms can change along the time. It considers that the lakatosian perspective regarding scientific evolution is right, but incomplete (specially in the social sciences). Therefore, it argues that other “exterior” elements such as ideology should be added to this perspective. The starting point of this essay will be the Brazilian paradigm change in the 30’s.*

## **Key words**

**Ideology; Lakatos; paradigms.**

---

\* O autor agradece a Ramón Vicente Garcia Fernandez, Professor de Economia da FGV-SP, pelos conselhos de fundo que balizaram este trabalho.

**Classificação JEL: B40.****Artigo recebido em 24 mar. 2003.**

## **1 - Introdução**

Se a história da ciência está repleta de controvérsias a respeito da interpretação de como esta progride nos seus mais diversos segmentos, neste ramo particular do estudo da relação entre o “homem econômico” e a natureza, pelo qual responde a Economia, a história não poderia ser diferente.

No século XX, em especial, houve várias ocasiões em que se discutiu a influência do *hardcore* estabelecido no entrave ao desenvolvimento de vertentes teóricas antiparadigmáticas. Em muitos estudos, promoveu-se uma tentativa de verificar o quanto isso deixou ou não de ser importante para o progresso da ciência. Fala-se da necessidade de se verificar a validade do desenvolvimento desse ou daquele método para o trato das coisas. Advoga-se em favor de um método de se fazer ciência em particular, alguns ainda em favor do pluralismo metodológico, do ecletismo ou mesmo de nenhum método. Em todos esses casos, existe também a preocupação de compreender melhor a maneira de se pensar a ciência social, e, no caso da Economia, em particular, há ainda quem questione inclusive o fato de esta vir mesmo a ser uma ciência.

Cercado de tantas interrogações, o pesquisador experimentado pode defrontar-se ainda com questões menos discutidas, mas de vital importância. Neste trabalho, apresentam-se algumas delas. O início da discussão dar-se-á sob a interpretação lakatosiana da ruptura de paradigmas, vista aqui sob a forma de um estudo do caso brasileiro, ainda que se recorra, inicialmente, a uma abordagem mais geral. A questão de partida do presente trabalho é a seguinte: devemos, ou não, acreditar que o mero debate acadêmico, centrado em uma ou mais teorias, é capaz de esclarecer o processo de mudanças de paradigmas? Podemos acreditar que somos capazes de explicar o progresso na ciência dessa forma?

O presente trabalho objetiva responder essa questão. Acredita-se que a mudança/ruptura de paradigmas seja mais complexa que a descrição feita por Lakatos, envolvendo também elementos exteriores ao ramo da ciência em que se processa o embate de programas de pesquisas científicas. Em nenhum

momento, no entanto, pretende-se dizer que os elementos exteriores ao paradigma hegemônico, isto é, exteriores ao corpo teórico predominante em determinado ramo da ciência, sejam os elementos causadores, em última instância, das transformações ou das revoluções científicas. Na verdade, este estudo, ao realizar uma extensa discussão direcionada, especificamente, aos elementos exteriores, jogando para o segundo plano as possíveis inconsistências teóricas do paradigma em crise, não pretende destacar a participação desses elementos exteriores da condição marginal que desempenham nesse processo de mudança paradigmática. Em realidade, pretende-se apresentá-los ora como catalisadores, elementos que podem acelerar a mudança, ora como atenuantes, capazes de retardá-la. São, portanto, elementos que se somam à análise tradicional, completando-a e não a substituindo.

A abordagem dar-se-á sob a forma de uma interpretação crítica da visão lakatosiana da ciência. Entende-se que, embora essa visão seja bem-sucedida na descrição do progresso da ciência dentro de um processo de embate de programas de pesquisas científicas, ela seja insuficiente (mas ainda assim adequada) para a análise da ruptura de modelos econômicos. Para tanto, pretende-se abordar também alguns conceitos presentes na obra de Popper e Kuhn, objetivando estabelecer um elo relevante com a obra de Lakatos e com sua visão sobre a evolução da ciência. Nessa discussão, tenta-se demonstrar as nuances por trás das derrubadas de teorias na ciência econômica, enfocando o papel crucial que desempenhou um elemento "exterior", que, no que diz respeito a este estudo de caso, se acredita estar por detrás da sustentação do modelo econômico. "Se nem mesmo na ciência há outro modo de julgar uma teoria se não calculando o número, a fé e a energia vocal de seus apoiadores, isso terá de ocorrer principalmente nas ciências sociais: a verdade está no poder." (Lakatos, 1979, p. 112).

## 2 - Considerações preliminares

Embora, de início, a delimitação do conceito "ciência" já carregue consigo uma série de controvérsias, o estudo de sua evolução ao longo do tempo (com a análise das crises no seu interior, com os progressos alcançados e com os novos desenvolvimentos) torna-se extremamente relevante para a compreensão de como se deu e se dará o processo de descoberta científica e, também, o processo de ruptura de modelos.

Um bom ponto de partida para essa discussão poderia ser a definição do conceito de ciência. Por ciência, pode-se entender o conhecimento adquirido

com base na experiência e/ou na experimentação, resumido sob a forma de um conjunto de teorias que, em geral, têm a mesma origem na experiência, versando sobre uma gama de situações e fatos, estabelecendo relações entre os mesmos, permitindo a compreensão de certos fenômenos relevantes. Tais teorias, ao explicarem os fundamentos de determinados fenômenos, podem permitir também previsões e podem estar suscetíveis à verificação empírica.

A análise acerca da evolução da ciência apresentada por Lakatos (1979) ressalta pontos positivos na visão popperiana de que o cientista deva primar pela honestidade no trato com o científico e deva evitar “entrincheirar-se”, esconder-se das críticas, estar cego a refutações. Dessa forma, segundo a visão popperiana, a honestidade intelectual consistiria antes em especificar precisamente as condições em que uma pessoa estaria disposta a renunciar à sua posição.

Com base na visão popperiana, poder-se-ia dizer que o ramo do conhecimento pertencente à “ciência”, que, na sua visão, diferiria da “não-ciência” por usar o método da indução, estaria baseado na experiência e em experimentos, a partir dos quais se chegaria a leis universais. A ciência evoluiria (no sentido de progredir, amadurecer) como resultado do embate entre as teorias e pela substituição das “verdades provadas” por outras verdades que se apresentam mais confiáveis e mais bem-sucedidas na explicação de determinados fenômenos, sendo que a ciência cresceria pela derrubada de teorias com o auxílio de fatos concretos. A ciência, nesse caso, seria um eterno fluxo de conhecimento onde a “verdade provada” não passaria de uma verdade momentânea.

Mas, discutindo o Popper “falseacionista”, Lakatos começa por questionar exatamente essa noção “ingênua” de que o teste empírico, o surgimento de anomalias, seria capaz de invalidar uma teoria. Nesse ponto, Lakatos aproxima-se de Kuhn, para quem a ciência é, na maior parte do tempo, estável (“normal”, na sua concepção), sendo as crises e/ou revoluções esporádicas. No entanto, a visão lakatosiana é mais flexível que a kuhniana e, no caso da Ciência Econômica, adapta-se com mais facilidade.

A principal distinção da visão lakatosiana em relação ao que descreve Kuhn vem a ser exatamente quanto ao processo de maturação da ciência. Kuhn imagina uma ciência estável onde os pesquisadores devotam os seus esforços na solução de “quebra-cabeças”, denominação perfeitamente coerente com sua proposição de que o cientista “normal” não acrescenta muito ao corpo teórico que compõe o seu paradigma. Isso fica claro à medida que se percebe que, quando se monta um quebra-cabeças — a despeito do tempo que se possa levar e do método que se vai utilizar —, logo de partida se supõe que todas as peças já estejam presentes.

Por outro lado, Lakatos ressalta o papel da crítica, da refutação de teorias e das anomalias como elementos causadores de reformulações do corpo teórico do que ele chama de Programa de Pesquisa Científica (PPC), que aconteceria já na fase correspondente ao predomínio da "ciência normal" de Kuhn. A princípio, isso poderia situá-lo como um ponto intermediário entre Popper e Kuhn:

- **Popper** - ciência é fluxo, teorias totalmente refutáveis, abandono de teorias falsificadas pelo teste empírico;
- **Lakatos** - ciência mais ou menos estável, porém com revisões teóricas parciais, teorias parcialmente refutáveis, teorias falsificadas pelo teste empírico não necessariamente precisam ser abandonadas. "A tenacidade de uma teoria contra a evidência empírica seria então um argumento mais a favor do que contra a sua qualificação como científica, a irrefutabilidade tornar-se-ia uma marca distintiva da ciência." (Lakatos, 1979, p. 124); e
- **Kuhn** - ciência estável, anomalias cumprem papel secundário, com relativo desprezo, sendo que seu papel para a derrubada de uma teoria é muito pequeno.

Conforme observa Fernádes (1999), pensadores como Kuhn e Lakatos começaram a preocupar-se mais em entender como funciona realmente a ciência do que em estabelecer critérios abstratos que permitam estabelecer limites entre o que é científico e o que não é. Essa perspectiva permitiu chegar rapidamente à conclusão de que, ao menos em parte dos assuntos estudados, em todas as ciências existem diversas visões que competem entre si, oferecendo explicações diferentes. Com efeito, quando se resgata a possibilidade de que diversas explicações possam ser plausíveis, sem que haja uma base segura para o conhecimento que possa garantir qual é a correta, a única forma de escolher dentre elas é o que os seus proponentes argumentam, tentando mostrar as virtudes de suas idéias.

Para a compreensão do porquê de ter-se partido da visão lakatosiana neste trabalho, que procura analisar o processo de mudança paradigmática na Ciência Econômica, deve-se abordar as particularidades que Lakatos apresenta na definição de seu PPC com relação ao paradigma de Kuhn. Essas duas definições (PPC e paradigmas) constituem a maneira de cada um desses filósofos de desvendar o processo de descoberta científica, de explicar o comportamento do cientista para com o científico, de entender o processo de análise dos resultados obtidos, buscando compreender como a ciência avança, progride, explica.

A semelhança entre os dois conceitos está no fato de que tanto o paradigma de Kuhn quanto o PPC de Lakatos se constituírem num agregado de teorias,

postulados, preceitos, emaranhados sob a forma de macroteorias compartilhados por uma comunidade científica. Mais do que um conjunto de leis, trata-se de um ponto de partida para o pesquisador, um porto seguro que lhe serve de referência, sem o qual todo e qualquer trabalho teria dificuldades para ser desenvolvido, devido ao “caos” em que se tornaria a ciência.

No entanto, a interpretação de como se dá o processo da busca do conhecimento difere nas duas abordagens. A ciência de Kuhn é estável, os seus pesquisadores são “normais”, trabalham na solução de “quebra-cabeças” cujas respostas já estão garantidas desde o início, seguem a regra fundamental: acrescente um vagão ao trem, mas não saia dos trilhos; as anomalias são, em princípio, impotentes para destruir ou para reformular uma teoria por si só. Um paradigma, ainda que em crise (ocasião em que se multiplicam as anomalias), não cai enquanto não houver resposta melhor.

Lakatos prefere dividir o seu Programa de Pesquisa Científica em duas partes: a heurística positiva (cinto protetor) e a heurística negativa (núcleo, *hardcore*). Diz que:

“Todos os programas de pesquisa científica podem ser caracterizados pelo seu núcleo. A heurística negativa do programa nos proíbe dirigir o *modus tollens* para esse núcleo. Ao invés disso, precisamos utilizar nosso engenho para articular ou mesmo inventar ‘hipóteses auxiliares’, que formam um cinto de proteção em torno do núcleo, e precisamos redirigir o *modus tollens* para elas” (Lakatos, 1979, p. 163).

Na sua interpretação, o núcleo seria intocável. O comportamento dos cientistas para com o núcleo do seu PPC seria semelhante ao comportamento dos cientistas normais de Kuhn para com o seu paradigma. Já quando se trata do cinto protetor, Lakatos admite a refutação das teorias complementares que o compõem e ressalta o papel da crítica a essas teorias como sendo inclusive favorável à manutenção do PPC, à medida que os cientistas que o compõem podem, às vezes, converter aparentes derrotas do programa de pesquisa em triunfos esplendorosos.

### 3 - A ruptura de paradigmas no Brasil, nos anos 30

Pretende-se, agora, estudar o momento de ruptura de modelos (PPC) nos anos 30, no Brasil (transição do liberalismo ao keynesianismo), objetivando investigar a plausibilidade da hipótese levantada de que “elementos exteriores”

ao ramo da ciência em que se processam as mudanças (nesse caso, exteriores à Economia pura) interferem decisivamente na derrubada de teorias.

Por ser uma análise mais flexível, permitindo entender como evolui um corpo de teorias científicas e também admitir a existência de mais de um programa de pesquisa (ciência multiparadigmática), adotou-se a visão lakatosiana para interpretar um dos principais momentos de crise na ciência econômica, no século XX (numa análise acerca da inflexão paradigmática), em detrimento da visão kuhiana.

A análise de como se deu a ruptura do modelo liberal no Brasil, nos anos 30, deve ser extremamente esclarecedora para uma afirmação inicial de que, embora seja a mais adequada visão acerca da derrubada e da substituição de modelos, a visão lakatosiana é insuficiente para tal tarefa. Ocorre que a análise dessa ruptura de paradigmas na década de 30, embora tenha se processado em praticamente todos os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, deu-se de forma diferente na maioria dos países. A análise do caso brasileiro, acredita-se aqui, irá demonstrar que a maneira mais correta de proceder, ao se analisar e/ou "prever"<sup>1</sup> o que acontece na economia, é considerar todas as questões relevantes de forma interdisciplinar, abrangendo, principalmente, a História e a Sociologia, as especificidades características de cada caso. Conforme observa Silveira, numa analogia às práticas médicas:

"(...) as características pessoais do paciente — especificidades do caso — podem ser mais importantes para o tratamento — conclusões normativas da ciência médica — do que os atributos gerais do doente em questão" (Silveira, 1991, p. 79).

Muitos outros trabalhos na área da filosofia da ciência já abordaram esse assunto (a necessidade de promover trabalhos que extrapolem a esfera da Economia pura). Dentre eles, destacam-se os trabalhos de Caldwell (1984), Bianchi (1992), Demo (1981), McCloskey (1988) e Keynes (1917). Merecidamente, os esforços desses autores têm ganho mais e mais reconhecimento por uma parte da comunidade acadêmica, enquanto contribuições individuais que emprestam à análise do progresso da ciência. No entanto, em conjunto, nota-se certo desprezo por essas abordagens, sobretudo se estas enveredam por caminhos ortogonais à formalização, por parte de um grande número de pesquisadores do *mainstream*, os quais imaginam ter atingido o *status* de teóricos de uma ciência cada vez mais pura. Idolatram-se, outrossim, as "teorias provadas", onde provar, quase invariavelmente, significa formalizar, e teoria provada é inquestionável, etc.

---

<sup>1</sup> Se se acreditar que isso seja possível.

Deve ficar claro aqui que é um grande erro imaginar que as coisas devam acontecer dessa forma. Os trabalhos que indicam a necessidade de inserir as questões econômicas num contexto interdisciplinar são seguramente mais plausíveis.

Ao levar em consideração as condições socioeconômicas que se apresentavam na década de 30, pode-se investigar a influência que tais elementos apresentavam na rapidez com que se processou a ruptura do paradigma ideológico no Brasil. Se os argumentos a serem apresentados forem convincentes, não haverá o que se opor à tese de que é preciso tratar as questões pertinentes ao processo de evolução da ciência econômica como pertencentes a um universo interdisciplinar em todos os momentos, na medida em que se pretenda captar o maior número de fatores determinantes (causais) da ruptura de modelos. Mas essa não é uma tarefa fácil. Além disso, pode parecer estranho que se defenda aqui estudos mais completos, interdisciplinares e, ao mesmo tempo, proponha-se “apenas” o estudo do componente ideológico (um elemento “exterior”), com seus reflexos sobre o sistema político como contrapartida à versão tradicional da mudança de paradigmas na década de 30.

No entanto, não há fundamento para tais críticas. Isto porque o estudo da força do componente ideológico se demonstra mais do que suficiente para provar que a ausência de variáveis não tradicionais (entenda-se exteriores à Economia pura) empobrece qualquer estudo sobre o período observado. Além disso, ao se levar em conta que outros elementos possam estar sendo desprezados nessa abordagem, somente se reforça o argumento em favor da interdisciplinaridade, da necessidade de se promoverem análises mais completas.

Para expor a importância do elemento ideológico como constituinte do conjunto de fatos e situações conjunturais que culminaram com a mudança de paradigmas no Brasil, nos anos 30, procura-se aqui, neste trabalho, esboçar a importância desse componente ideológico no contexto histórico do desenvolvimento econômico brasileiro. Realizar-se-á, para isso, uma abordagem histórico-analítica, valendo-se da excelência de alguns trabalhos pioneiros, a qual pretende demonstrar a importância que o elemento ideológico pode representar no processo de mudanças dos padrões de pensamentos e na estrutura socioeconômica da sociedade e, talvez, na ciência como um todo.

Em momento algum, pretendeu-se contestar os fatores econômicos como importantes no processo de ruptura de paradigmas no Brasil, durante o período estudado. Pelo contrário, o que se quer é justamente determinar essa conjunção de fatores econômicos, políticos e sociais como constituindo o momento apropriado para que a ideologia de uma classe não hegemônica encontrasse as condições para promover transformações em favor de seus interesses e, com isso, lograsse a obtenção de um novo estado de coisas, amplamente favorável

e voltado para a prosperidade de seus negócios. Como observa Fonseca (1989, p. 31), as transformações que ocorrem no interior da Revolução Burguesa não são resultado de uma revolução econômica, ou política, ou ideológica, mas todas ao mesmo tempo.

É necessário dizer que aqui se está tentando expor a importância do elemento ideológico como integrante do conjunto de fatores que desencadeiam rupturas de modelos econômicos **acrescentando** (e não substituindo) novos elementos investigativos no intuito de se obter uma melhor aproximação da realidade das transformações econômicas e sociais. Isto é, a mera constatação de falhas nas explicações para crises sistêmicas por parte do paradigma ideológico em crise, que já não se justifica, não é suficiente para, por si mesma, promover mudanças estruturais (em outras palavras, anomalias não derrubam modelos sozinhas). Isto porque a rigidez característica de um paradigma promove tentativas extremadas por parte de seus seguidores, objetivando a preservação do modelo vigente.

Sem um novo modelo teórico que se proponha a modificar as situações adversas e a responder de forma eficaz, de maneira a prover a solução adequada para uma crise, não há ruptura de modelos. Pelo contrário, a tendência é buscar-se uma solução dentro do modelo (paradigma decadente) e aprofundar-se ainda mais na crise, caso esse paradigma não consiga mais responder ou sair dela através de reformulações feitas pelos teóricos no corpo desse paradigma.<sup>2</sup> Aqui, o papel ideológico deve ser ressaltado: sem o móvel ideológico contrário à corrente dominante, não há a possibilidade de mudanças. Usando a terminologia lakatosiana, observa-se que:

“(...) o debate entre keynesianos e monetaristas mostra que os economistas (como todos os outros cientistas) defenderão de forma característica seu núcleo de crenças centrais do desafio de anomalias observadas, primeiro por meio do ajuste de hipóteses auxiliares que rodeiam aquele núcleo central; continuarão a proceder dessa forma até quando for possível e somente em raras ocasiões, quando estiverem repetidamente refutados em todos os campos de batalha que ocuparem, irão repensar seu ‘núcleo central’ básico e começar do nada mais uma vez” (Blaug, 1993, p. 268).

No Capítulo 3 da **Teoria Geral**, ao explicar o sucesso de Ricardo em termos da aceitação de suas idéias pela sociedade britânica e o fracasso da tentativa de Malthus de demonstrar que era possível a deficiência de demanda

---

<sup>2</sup> Com um pouco de boa vontade, percebe-se facilmente que, até esse ponto, a visão lakatosiana cobre completamente os argumentos apresentados.

(negativa da Lei de Say), Keynes apela para essa lógica: a de que é preciso pôr algo no lugar do que se quer destruir. Mas não é só isso; ao descrever o sucesso de Ricardo, mostrou que foi importante o fato de o mesmo ter conseguido captar o apoio de setores estratégicos da sociedade para se conseguir o sucesso. Em outras palavras, ele percebia o poder de elementos “exteriores” para o sucesso de determinadas teorias. Em outro trecho, ele reforça a primeira idéia:

“Os teóricos da escola clássica são comparáveis aos geômetras euclidianos em um mundo não-euclidiano, os quais, descobrindo que, na realidade, as linhas aparentemente paralelas se encontram com muita freqüência, as criticam por não se conservarem retas, como único recurso contra as desastrosas interseções que se produzem. Sendo esta a realidade, não há, de fato, nenhuma outra solução a não ser rejeitar o axioma das paralelas e elaborar uma geometria não-euclidiana. A ciência econômica reclama hoje uma medida desse gênero” (Keynes, 1982, p. 32-33).

Mas as explicações governadas pela tradição lakatosiana parecem imaginar que o componente ideológico desempenhe um papel limitado ao convencimento de uma comunidade científica por meio de um conjunto de fatores interiores ao ramo da ciência em que se processam as mudanças, os avanços, as explicações, reunindo novos argumentos, oferecendo novas interpretações que capturem as anomalias do paradigma decadente, que convença a todos ou a maioria de que existe uma teoria melhor e que a anterior deva ser abandonada. Trata-se, **implicitamente**, de reservar um espaço (ainda que reduzido) para a retórica dos integrantes de uma comunidade científica como elemento que se soma às anomalias, às novas explicações e às novas proposições.<sup>3</sup> No entanto, a visão lakatosiana não cobre as influências “exteriores” ao ramo da ciência em que se processam tais mudanças no padrão de pensamento. Não cobre as influências políticas e sociais por exemplo. Não é capaz de captar a influência que a ideologia, por exemplo, pode desempenhar num processo de desencadeamento e/ou de aceleração da derrubada de um paradigma.

Demo (1981, p. 14-15) reconhece a importância da consideração do elemento ideológico no estudo da ciência, percebendo que “(...) não há ciência sem ideologia” e que “(...) sua arma [da ideologia] mais vantajosa é seu envolvimento com a ciência, na procura de vestir a prescrição com a capa de descrição”. Daí, enfatiza a necessidade de levar em consideração as motivações ideológicas por trás das “descobertas” científicas, onde

---

<sup>3</sup> Ver citação de Lakatos na **Introdução** deste trabalho.

"A distinção entre critérios internos e externos é necessitada pela própria empostação da sociologia do conhecimento, que se nega a ver no saber apenas um fenômeno lógico. Importante é acentuar a tentativa de visualizar a ciência como produto social, assumindo características históricas de um fenômeno em constante processo de formação" (Demo, 1981, p. 18).

Mas o papel do debate acadêmico, do confronto de teorias e visões opostas para o progresso da ciência não deve ser diminuído. De fato, as questões relativas aos elementos interiores ao ramo da ciência desempenham papel extremamente importante. Conforme observa Blaug, vários exemplos poderiam ser dados com respeito a ocasiões na história da economia moderna em que teorias e hipóteses foram rejeitadas devido a **repetidas, se não decisivas, refutações empíricas**.

"(...) aqui apresentamos uma lista ilustrativa: a rejeição total da curva de Phillips nos anos 70, interpretada como uma troca estável entre a inflação e o desemprego; a rejeição de uma velocidade de renda do dinheiro estável nos anos 80, fugindo da noção segundo a qual a inflação pode ser controlada apenas com o controle da base monetária, podendo até mesmo reduzi-la (a inflação) a zero em dois ou três anos; a rejeição, ainda nos anos 80, da proposição de que expectativas racionais tornam impossível se alterar o *output* real ou a taxa de emprego por meio da política monetária ou fiscal; (...) a rejeição nos anos 50 da função consumo de Keynes, que faz do consumo corrente uma função simplesmente da renda corrente; a rejeição nos anos 30 da visão do Tesouro acerca da concentração total dos dispêndios públicos em tempos de depressão; a rejeição, ainda nos anos 30, da proposição de que salários reais flutuam de forma contrária aos ciclos, etc." (Blaug, 1993, p. 24).

O embate de teorias e as proposições internas à ciência são mais bem-sucedidos quando se trata de discutir elementos que formam o "cinto protetor" de Lakatos. Quanto mais "rígidas" forem as teorias questionadas, maior será a influência de elementos "exteriores" para com a sua crítica. É preciso relembrar que a rigidez dos paradigmas tende a fazer com que estes se tornem fechados. Daí, é comum o fato de que os cientistas que tenham algo de novo a oferecer, mas que rejeitam o paradigma, sejam encarados com o desprezo da comunidade científica inicialmente, pois, dentro dos limites rígidos dos paradigmas, inevitavelmente algumas barreiras se opõem a determinadas pesquisas científicas. É, portanto, justamente por isso que não se deve diminuir o papel dos elementos "exteriores" na ruptura de modelos.

A maneira como se deu o aparecimento da teoria keynesiana pode muito bem simbolizar a questão da dificuldade inicial de se propor uma visão alternativa ao paradigma corrente, **dentro da academia**, no interior do ramo da ciência em que se processam. E é precisamente por isso que os elementos “exteriores” são importantes para se compreender o processo de ruptura de paradigmas. Posteriormente, quando da inversão de paradigmas e da substituição do que se convencionou chamar de “consenso keynesiano” no mundo, a partir da década de 30 (ênfase no período pós-guerra) e pelo liberalismo em fins da década de 60 e início da de 70, igual dificuldade encontraram os novos teóricos liberais ao proporem suas idéias. Um outro exemplo útil seria a noção de expectativas adaptativas de Friedman, em 1967, quando também advogava em favor de uma regra monetária e, mais uma vez, propunha sua reinterpretação histórica da crise de 1929, defendendo o real papel que a política monetária poderia ter na história sob os olhares céticos de boa parte da comunidade científica da época.<sup>4</sup> Nas duas ocasiões, no rompimento dos dois paradigmas, foram situações conjunturais econômicas adversas que acabaram legitimando as teorias propostas num ambiente de inquietação social com os indicadores econômicos, e somente o agravamento da crise econômica é que criou a ocasião (política e/ou social) para a “percepção” por parte do mundo de que aqueles paradigmas não mais se justificavam.

---

<sup>4</sup> Em um discurso presidencial de Milton Friedman — ele era Presidente da American Economic Association —, feito na 80ª Conferência Anual da American Economic Association, em dezembro de 1967, impresso na **American Economic Review** (mar. 1968, p. 1-17) e reproduzido em Shapiro (1978, p. 417-433), percebe-se a importância que tem o conflito ideológico entre os membros de uma comunidade científica para o engrandecimento e a evolução da ciência. Keynes oferece uma teoria que explica a origem das crises econômicas derivadas da falta de procura agregada e fornece instrumentos capazes de atenuar o ciclo depressivo de negócios. Nos escritos de Friedman (1978), encontram-se uma reinterpretação para a crise de 1929 e uma tentativa de resgate do poder da política monetária relegada a segundo plano pelos economistas **fiscalistas**, onde a Grande Depressão é vista como “(...) uma testemunha trágica do poder da política monetária, e não uma prova de sua impotência, como Keynes e muitos de seus contemporâneos acreditavam”. Friedman dirige pesadas críticas aos que acreditavam que “(...) alguém poderia levar um cavalo para beber água, mas não poderia forçar a bebê-la”, nitidamente uma referência conjunta à armadilha da liquidez (preferência por liquidez absoluta) e à suposta baixa elasticidade-juro da demanda por investimento. No entanto, a contribuição maior seria a proposição de uma reinterpretação lógica e formal da Curva de Phillips, apresentando uma teoria capaz de explicar o que já vinha sendo notado em alguns estudos empíricos: uma relação bem mais complexa que a “sintonia precisa” entre as variáveis macroeconômicas desemprego e níveis salariais, que não encontrava explicação dentro do paradigma keynesiano. A esse propósito, Friedman merece ainda um crédito maior, pois anunciava os efeitos que a política econômica desregrada da época poderia causar num futuro próximo, fato que acabou se verificando.

Se tais dificuldades se apresentam aos membros do paradigma emergente, críticos do modelo decadente, quando da apresentação de suas idéias no interior do próprio ramo da ciência em que se processam, é até aí que alcança a explicação lakatosiana, e ela está correta. Mas a ela deve ser somada a dificuldade no recebimento das novas idéias pela sociedade (mesmo que já tenham ganho o *status* de *mainstream* na academia). Por outro lado, em caso de estar a sociedade ansiosa por novas respostas, pode-se criar um cenário favorável ao recebimento de novas teorias, mesmo que estas ainda sejam marginais no ramo da ciência a que pertencem.<sup>5</sup>

Se a teoria keynesiana, por um lado, recebeu pesadas críticas de dentro da academia quando do seu surgimento, por outro, com o agravamento da crise econômica (que alguns acreditam decorrer de inconsistências teóricas do paradigma clássico, o que não está bem certo), encontrou forças em outros setores. Isto porque na política, por exemplo, existe uma necessidade de dar respostas rápidas às questões impopulares, e, por vezes, as piores alternativas possíveis dentro de um conjunto de opções terminam sendo as eleitas por apresentarem resultados mais rápidos e/ou menos "dolorosos" do que as alternativas mais consistentes. Se o preço a ser pago por uma má escolha for alto, mas estiver distante no tempo, e os resultados dessa escolha forem favoráveis para propósitos de curto prazo dos governos, teorias marginais dentro da economia, por exemplo, podem encontrar a oportunidade de se tornarem a corrente principal.

Deve-se também expor o que se quer caracterizar com respeito ao papel da ideologia (ou componente ideológico) como promotora de mudanças. Contrariamente ao que disse Marx, não se deve apenas caracterizar a ideologia como sendo produzida pela infra-estrutura com o objetivo de eternizar a dominação de uma classe sobre outra por meio da superestrutura, mas, sim, conforme observou Gramsci, deve-se perceber também a influência da ideologia como elemento promotor da mudança. Fonseca percebeu essa falta de atenção

---

<sup>5</sup> A ameaça comunista, no horizonte do capitalismo em crise, criava um ambiente favorável ao recebimento de teorias capazes de apresentar resultados rápidos e de reverter indicadores econômicos desfavoráveis a curto prazo, sem ferir o direito de propriedade e as liberdades mais básicas. "O velho liberalismo estava morto, ou parecia estar condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política. O comunismo marxista era uma. Afinal, as previsões do próprio Marx pareciam estar concretizando-se, como a Associação Econômica Americana ouviu em 1938, e, de maneira ainda mais impressionante, a URSS parecia imune à catástrofe." (Hobsbawm, 1992, p. 111). Em outras palavras, pode-se aceitar, nesse momento, a "perda dos anéis" para garantir a "preservação dos dedos". Nesse caso, poder-se-ia aceitar, por exemplo, que o longo prazo fosse uma sucessão de curtos prazos e que, ao final destes, "(...) estejamos todos mortos".

que se tem dado ao papel da ideologia para a compreensão de importantes fatos da nossa história econômica, observando que

“(...) em cada momento histórico específico os homens, diferenciados por interesses concretos, têm diferentes interpretações e propostas para conservar ou alterar a realidade. Defrontam-se, pois, com vários possíveis futuros. Suas ações e percepções são, conseqüentemente, fundamentais para compreender o processo histórico e os resultados” (Fonseca, 1989, p. 21).

Não era outra se não essa a situação com a qual se deparava a economia brasileira desde o início dos anos 30. Se, por um lado, se forma um consenso acerca da caracterização da Revolução de 30 como sendo o marco do início do processo de industrialização por substituição de importações, não é certo imaginar que a ruptura do modelo liberal e a emergência do modelo intervencionista tenham se processado de maneira demasiadamente simples e, muito menos, “natural”. Há, inclusive, inconvenientes em tratar a revolução que se acentua na década de 30 como marco para um novo modelo. Fonseca (1989) concorda com Florestan Fernandes, quando este observa que a “revolução burguesa” denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas, não se dando num momento visível do tempo que sirva como marco de ruptura. Ao mesmo tempo, reserva ênfase especial às mudanças observadas no período pós anos 30, ressaltando o aprofundamento das mudanças ou o período de maiores transformações.

“É após 1930 que se aprofunda a Revolução Burguesa, período em que se assinalam, concomitantemente, o avanço quantitativo e qualitativo da industrialização, sob o aspecto econômico; um novo pacto de poder, alterando a correlação de forças dentro da classe dominante, do ponto de vista político; e um novo tratamento para a questão operária e para a participação dos setores médios urbanos, no campo social.” (Fonseca, 1989, p. 28).

Essa passagem de um modelo para o outro serve, como exemplo que é, ao propósito de se exporem falhas de análises derivadas do excesso de simplismo que se tem dado a determinados períodos da história econômica mundial e brasileira em especial.

À maneira como fez Fonseca (*op. cit.*), tenta-se resgatar aqui a força do caráter ideológico e das relações que este venha a determinar como promotor de processos de mudanças, buscando-se, nos estudos de Gramsci, um conceito de ideologia que permita a continuidade das investigações acerca de fatores que determinaram a ruptura do paradigma liberal em 1930, para explicitar a influência da ideologia sobre a estrutura, de acordo com a evolução das relações

sociais posteriores à Revolução de 30. Assim, no resgate do papel da ideologia, conforme observa Chauí, deve-se ter em mente que:

"A ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, não é pré-conceito nem pré-noção, mas é um 'fato' social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção de idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais" (Chauí, 1997, p. 31).

Analisando essa passagem, Fonseca (1989, p. 21), ao referir-se à ideologia enquanto conceito, enfatiza que ser **produzida** por relações sociais não confere à ideologia um papel secundário, como parecem ser as concepções de Bukharin e de Engels. Ela possui, de um lado, uma **lógica própria**, pois pretende interpretar e ordenar a sociedade segundo um conjunto explícito de valores logicamente coerentes e encadeados; de outro lado, está **entrosada** com a própria realidade material, podendo vir a se constituir no que Gramsci chamou de "senso comum".

"Não há razão, desta forma, para afirmar nem a liberdade nem o determinismo. Pretender concebê-la como parte 'autônoma' da 'realidade social' faz esvaziar o que ela tem de mais rico: seu conteúdo histórico; por isso ela não pode ser tratada como uma 'esfera' à parte, nem há sentido em se buscar um fator causador 'em última instância'. Sendo a história um processo, ela (a ideologia) vincula-se às condições com que os homens estão relacionados entre si (e com a natureza)." (Fonseca, 1989, p. 21-22).

É preciso reconhecer, antes mesmo de se falar nessa importância da ideologia, a existência de condições peculiares que, por vezes, podem parecer distanciadas do contexto para o qual se buscou analisar a natureza das relações históricas, com especial ênfase no embate quanto à visão do papel que desempenha a ideologia para Marx e para Gramsci.

Marx enfatiza a ideologia como sendo a maneira pela qual a classe capitalista exerce, por meio da superestrutura, a dominação da classe social trabalhadora (o proletariado). Dessa forma, a classe dominante (burguesia capitalista) legitima sua ação exploradora da mão-de-obra através da ideologia, e, conseqüentemente, a ideologia dominante é um fiel retrato da classe dominante. Com isso, não há, nessa ideologia, qualquer papel de contestação do sistema ou das relações sociais vigentes.

"É evidente que para quem supõe que entre as estruturas e as ideologias existe um relacionamento de tipo causa-efeito e toma a causa pela 'essência' e o efeito pelo fenômeno, a representação (a

ideologia) perde qualquer sentido como forma de conhecimento. Será tema da ciência apenas na medida em que, como qualquer outro elemento funcional de uma estrutura, é um **objeto**, parte de um todo cujas leis derivam de padrões gerais e são capazes de explicar a relação funcional dos 'objetos' entre si." (Cardoso, 1978, p. 44).

Da análise do pensamento marxista, concluir-se-ia que não haveria espaço para argumentações que procurem exacerbar esse componente inúmeras vezes ignorado e que pretendeu-se resgatar. Merece destaque, no Brasil, o já citado trabalho de Fonseca (1989) que, através do estudo dos discursos de Getúlio Vargas, analisando o processo de afirmação do capitalismo no Brasil, resgatou a importância do papel da ideologia como promotora do processo de mudança econômica, política e social. No mesmo sentido, Cardoso (1978, p. 46-47) observa que "(...) a representação ideológica ao expressar um modo de conceber uma relação política é ao mesmo tempo uma condição de existência — e não um simples reflexo — do conjunto do sistema social".

Não se pretende, todavia, esvaziar em demasiado a pretensão de Marx quando analisava a correspondência da ideologia dominante para com a classe dominante e com o modo de produção e de reprodução de idéias. No entanto, se há a ideologia da classe dominante, coexiste a ideologia da classe dominada, desde que esta se caracterize como classe (na concepção de Marx). Um dos maiores problemas em tentar caracterizar a Revolução de 30 como sendo uma revolução burguesa vem justamente dessa observação.

Em primeiro lugar, não se reconhece que, em meados dos anos 30, a burguesia industrial constituísse verdadeiramente uma classe. Na verdade, há quase um consenso entre os economistas em caracterizar os 20 anos que se seguem à Revolução de 30 como um período de industrialização não intencional, ou seja, não existe realmente um compromisso governamental em industrializar para crescer. A industrialização seria muito mais um resultado de um estrangulamento externo e de características econômicas que acabavam por promover pressão sobre o balanço de pagamentos do que da conquista do poder pela burguesia e da promoção de um novo modelo de crescimento voltado para os seus interesses. Mas essa interpretação, como demonstram os trabalhos de Fonseca (1989) e Fernandes (1976), tem subestimado a importância de elementos "exteriores", os quais exerceram papel de vital importância para essa ruptura de modelos.

Em segundo lugar, por revolução entende-se mudança rápida, e isso não aconteceu no que se refere à importância da arcaica oligarquia agrária como fonte de poder nos anos pré e pós-Revolução de 30. De fato, a hegemonia política do setor cafeeiro só seria perdida com a implantação do Plano de Metas por

Juscelino Kubitschek. Com essas observações, poder-se-ia argumentar que não caberia a discussão da importância da ideologia para explicar uma ruptura de paradigmas no Brasil à época, visto que sequer haveria outra força de expressão que contestasse o modelo econômico liberal vigente até então.

É fácil perceber, no entanto, que o que viria a constituir um obstáculo para essa pesquisa — explicar, através de estudos que analisaram a natureza de relações entre classes (sempre na concepção de Marx, qual seja, burguesia *versus* proletariado), as relações conflitantes dentro de uma mesma classe — não impede o prosseguimento do presente trabalho. Isto porque, mesmo que se reconheça que a luta pelo poder nos anos 30 se tratava de um conflito entre integrantes da elite econômica sem a participação das classes mais baixas — “(...) façamos a revolução antes que o povo a faça”<sup>6</sup> —, se contestava o poder político em nível nacional de uma parte da burguesia situada em São Paulo, a cafeicultora, mas não a base econômica de sua dominação (propriedade da terra). Não se pretendia eliminá-la, mas incluí-la num novo pacto de poder (Fonseca, 1989).

“Tratava-se de acabar com a preponderância de sua dominação política e a ideologia que a justificava: em uma palavra, com sua **hegemonia**. Com isto passava a haver correspondência política e ideológica ao que já se verificava claramente no nível econômico na década de 1920: a perda de dinamicidade do café, o qual começava a exigir crescente participação estatal para evitar ou amenizar crises periódicas.” (Fonseca, 1989, p. 30).

Dadas as condições em que se processaram os acontecimentos históricos em questão, é possível reconhecer a natureza típica do conflito de interesses mesmo dentro da elite. Na outra ponta, a classe operária, que então era ainda um corpo um tanto amorfo, acabaria por tomar partido em favor da classe “legitimamente” chamada de burguesa, a classe industrial, a partir do momento em que reconhecia nas aspirações desta alguma correspondência com os seus interesses particulares. Começava, então, uma aliança com a classe industrial que perduraria por anos. Cada vez mais se aspirava à mudança. Daí, é bem coerente a conclusão de Fonseca:

“Como poderiam ocorrer tais mudanças dentro da democracia liberal, mesmo restrita, se se tratavam de transformações contrárias aos

---

<sup>6</sup> Essa é a política da modernização conservadora que vigorou desde a Proclamação da República, isto porque: “Tinha-se presente que uma nação com grande número de escravos, ou recém-saída da escravidão, com extremas desigualdades sociais e regionais, não poderia dar-se ao luxo de encaminhar mudanças sociais com forte participação popular” (Fonseca, 1989, p. 77).

interesses até então dominantes, e se fora exatamente dentro destes que a burguesia com vínculos mais estreitos ao complexo cafeeiro vinha se mantendo no poder, grosso modo, desde o final do segundo governo militar após a Proclamação da República? O pensamento autoritário da época (...) por certo teve isto presente: o liberalismo é associado ao elitismo e à situação oligárquica da República Velha, ao mesmo tempo que se desdenhava das formas democráticas e de representação e se propugnava por uma ampliação das tarefas do Estado. Sem dúvida, os anos 30 pareciam exigir uma nova ideologia para uma nova época (...)” (Fonseca, 1989, p. 30).

No decorrer do processo de industrialização por substituição de importações, no entanto, evoluíram tanto a classe burguesa como a classe operária, e diminuía sensivelmente o poder hegemônico da oligarquia agrária, fator que culminaria na perda da hegemonia política do setor cafeeiro com o advento do Plano de Metas e a institucionalização de novos conflitos de interesses de classes, agora sim, legitimamente correspondentes aos conflitos para os quais os diversos estudiosos, com especial ênfase em Marx e Gramsci, prepararam seus trabalhos. E, da análise dessas proposições, concorda-se com o método utilizado por Fonseca, quando da análise dos discursos de Vargas, ao perceber a correção de Gramsci quanto à importância da ideologia.

“Gramsci salientou que o erro cometido quando da subestimação do valor das ideologias pode ser reconstituído quando: ‘1) identifica-se a ideologia como distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que mudam a estrutura, mas vice-versa; 2) afirma-se que uma certa solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para mudar a estrutura, enquanto acredita poder mudá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que cada ideologia é ‘pura’ aparência, inútil, estúpida, etc.’” (Fonseca, 1989, p. 22).

Ficam claros, a partir desses argumentos, os obstáculos que se contrapõem ao manejo de dados e a equivalente dificuldade de interpretação de períodos complexos da história econômica do Brasil que se apresentam ao trabalho no que diz respeito à condução analítico-explicativa, que objetivou resgatar a importância de um elemento (a ideologia), por vezes, tido como pura ficção e, em outras, como fator causal por excelência.

Essas visões opostas sobre o papel da ideologia no desenvolvimento das relações sociais gerariam dois tipos de análise e de interpretações do conteúdo do presente trabalho. Num primeiro caso, o trabalho pecaria por deter-se excessivamente em explicar a influência de um fator fictício sobre uma variável real. Num segundo caso, na medida em que aqui se reconhece, no elemento

ideológico, um fator que deve ser "somado" aos demais fatores determinantes da queda de um paradigma e não "substituído", este trabalho pecaria por reconhecer inúmeros outros fatores que não os de natureza ideológica como responsáveis por essa reversão de paradigmas. Ao que parece, seria mais correta a análise de Cardoso:

"Se é certo que as ideologias são 'sistemas de representação' (mitos, crenças, imagens, idéias e mesmos conceitos), esses sistemas de representação não se apresentam na história isentos de uma 'estrutura' e, em conseqüência, de algum tipo de existência própria (isto é, independente dos indivíduos particulares que as exprimem) e provavelmente com algum tipo de papel social. Além disso, as ideologias como 'sistemas estruturados' não são pura subjetividade, opinião particular, nem estão no mundo como uma folha que flutua: estabelecem relações determinadas com outros tipos de estruturas" (Cardoso, 1978, p. 45).

## 4 - Conclusão

Ao se reconhecer que existem outros elementos importantes para descrever a maneira como evolui a ciência (e, neste estudo de caso, por exemplo, o papel que exerce a ideologia na ruptura de modelos, podendo acelerá-la ou retardá-la), geralmente desprezados pelo pesquisador da Economia pura, e que devem ser levados em consideração, através da elaboração de trabalhos com caráter mais interdisciplinar, envolvendo também as relações do homem como integrante de um ambiente social e, principalmente, político, por exemplo, deve ficar claro que significativa parte dos trabalhos na Ciência Econômica estão sendo distanciados da realidade prática e jogando por terra os esforços condensados em valiosos trabalhos atuais, na filosofia da ciência, e, sobretudo, as lições de vários economistas clássicos. A ruptura do modelo liberal nos anos 30 deve ser encarada como mais uma prova de que é necessário levar em consideração mais elementos "exteriores" ao ramo da ciência em que se processa tal mudança para um melhor juízo acerca dos acontecimentos.

Se a interpretação da Depressão feita por Friedman (1984), assim como os argumentos apresentados em favor da influência de outros elementos na aceitação de novas teorias por uma comunidade científica (reconhecidos até mesmo por Keynes na Parte III do Capítulo 3 da sua **Teoria Geral**) não forem suficientes para questionar a idéia de substituição "natural" de um paradigma (ou PPC) "decadente" por um paradigma emergente como sendo fruto quase exclusivo

das “falhas” da teoria que se “degenera”, então, pelo menos, se levantem algumas dúvidas sobre a questão. Isto é, pode-se dizer que o PPC liberal se teria esgotado nos anos 30? Ou, teria o liberalismo sido abandonado prematuramente? Elementos “exteriores” não teriam apressado a sua queda? Será que se deixassem as coisas “andarem sozinhas”, como exigiam os liberais, a crise não seria resolvida no longo prazo?

A resposta para essas perguntas é muito difícil de se obter, pois essas dúvidas se incluem no amplo conjunto de questões que não podem ter uma resposta definitiva, já que jamais se apresentarão as mesmas circunstâncias históricas da época que permitam um “experimento” diferente do que ocorreu. O certo é que o liberalismo estava “morto”<sup>7</sup> na década de 30, para, assim como a Fênix, renascer das cinzas, nos anos 70, para assistir à derrubada do modelo keynesiano, reassumindo, a partir de então, o *status* de *mainstream* da Economia.

Não se sabe ainda se o liberalismo é o paradigma para o qual convergirá toda a Ciência Econômica (se é que um dia ela irá chegar a esse estágio de amadurecimento, caracterizado pela existência de um só paradigma). Como sempre, a pesquisa “normal” do *mainstream* trabalha para isso. Mas a evidência histórica aponta em sentido contrário. Em qualquer tempo, diante de crises, existirá a possibilidade de aflorarem teorias oportunas (“boas” ou “más”), capazes de dar as respostas imediatas de que tanto se precisa.

Lakatos ofereceu uma importante contribuição à análise de como emerge e degenera um paradigma (PPC, na sua linguagem), mas não deu muita importância aos elementos “exteriores” ao ramo da ciência em que se processam as mudanças. De fato, sua análise, assim como muitas outras, adapta-se mais facilmente às ciências maduras, às ciências naturais, às ciências que tratam de objetos bem menos complicados que a mente humana.

## Referências

BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**. São Paulo, Centro de Economia Política, v. 12, n. 2, p. 135-142, abr.-jun./92.

BLAUG, M. **Metodologia da economia**: ou, como os economistas a explicam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

---

<sup>7</sup> Expressão usada por Hobsbawm (1992).

CALDWELL, B. J. **Beyond Positivism**: economic methodology in the twentieth century. Londres: George Allen & Unwin, 1984.

CARDOSO, F. H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

DEMO, P. Demarcação científica. In: **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981. p. 13-28.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNÁNDEZ, R. G. Retórica y Economía: argumentos a favor del pluralismo y de la conversación civilizada. In: SCARNO, E. (Ed.). **Metodología de las Ciencias Sociales**: Lógica, Lenguaje y Racionalidad. Buenos Aires: Macci, 1999. p. 283-301.

FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRIEDMAN, M. O papel da política monetária. In: SHAPIRO, E. **Análise macroeconômica**: leituras selecionadas. São Paulo, ATLAS, 1978.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HOBSBAWM, E. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin. (Org.). **Depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 93-106.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KEYNES, John Neville. The scope and method of political economy. New York: Kelley & Millman, 1917. In: BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**. São Paulo, Centro de Economia Política, v. 12, n. 2, p. 135-142, abr.-jun./92.

LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979. p.109-243.

McCLOSKEY, D. Thick and thin methodologies in the history of economic thought. In: DE MARCHI, Neil (Org). **The Popperian legacy in economics**. New York: Cambridge University Press, 1988. p. 245-57.

SHAPIRO, E. **Análise macroeconômica**: leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1978.

SILVEIRA, A. M. da. A indeterminação de senior. **Revista de Economia Política**. São Paulo, Centro de Economia Política, v. 11, n. 4, p. 70-88, out.-dez./91.